

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E
CORREGEDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

**Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2009-
SEOPS/CGDF, nos termos do Padrão nº 03/2002.
Processo nº 480.001.515/2009**

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E CORREGEDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL – SEOPS/CGDF**, doravante denominada CONTRATANTE, com sede no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 12º, Praça do Buriti, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, representada neste ato por **ROBERTO EDUARDO GIFFONI**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 62121 – OAB/RJ, inscrito no CPF sob nº 777.945.167-49, na qualidade de Secretário de Estado e Corregedor Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e a **FORTIUM EDITORA E TREINAMENTO LTDA.**, doravante denominada CONTRATADA, com sede no SGAS Quadra 909 Conjunto A Parte A, Asa Sul, Brasília – DF, inscrita no CNPJ nº 07.075.247/0001-16, representada neste ato por **EVERSON RORIZ**, portador da Carteira de Identidade nº 358.735-DGPC/GO, inscrito no CPF sob o nº 642.399.0001-82, na qualidade de Procurador.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos da Proposta de fls.05, da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação constante do Projeto Básico de fls. 15/20, baseada no inciso II, art. 25, c/c inciso VI, do art. 13, bem como com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21/6/93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Administração Pública, no período de 01/10/2009 a 01/10/2010, consoante especifica a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação, constante do Projeto Básico de fls. 15/20 e a Proposta de fls.05, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

O valor total do contrato é de R\$ 7.995,00 (sete mil, novecentos e noventa e cinco reais) procedentes do Orçamento do Distrito Federal.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 45101
- II – Programa de Trabalho: 04128007926556170,
- III – Natureza da Despesa: 339039
- IV – Fonte de Recursos: 100000000

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 1.998,75 (hum mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme Nota de Empenho nº 2009NE00412, emitida em 01/10/2009, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

Roberto Giffoni

4

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1 – O pagamento será feito em 12 (doze) parcelas de R\$ 666,25 (seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), perfazendo o total de R\$ R\$ 7.995,00 (sete mil, novecentos e noventa e cinco reais).

7.2 – A primeira parcela será paga após 30 (trinta) dias do início do curso, e as 11 (onze) parcelas restantes a cada 30 (trinta) dias.

7.3 – O pagamento das parcelas será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, liquidada até 10 (dez) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.4 – Na ocasião do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE prova de regularidade relativa à seguridade social, expedida pelo INSS, prova de regularidade concernente ao FGTS, expedida pela CEF, além da apresentação de prova de regularidade fiscal para com a fazenda do Distrito Federal.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência desde a sua assinatura até 01/10/2010.

Cláusula Nona – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

10.1 – A CONTRATADA responderá pelos danos causados por seus agentes;

10.2 – a CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.3 – ministrar o curso no dia, local e horário definidos na sua proposta, e caso haja alguma alteração, deverá ser informada à Gerência de Recursos Humanos da SEOPS, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista do evento;

10.4 – entregar ao(s) servidor(es), participante(s) do curso, todo o material previsto no folder de divulgação da especialização;

10.5 – informar por escrito à Gerência de Recursos Humanos qualquer modificação na programação do curso;

10.6 – cumprir a carga horária de 440 horas-aula;

10.7 – entregar o título acadêmico com validade nacional, nos termos da Resolução CNE/CES Nº 1, de 8 de junho de 2007;


10.8 – ministrar todo o conteúdo programático proposto;

10.9 – a CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.10 – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar, salvo se prévia e expressamente autorizada pela Administração;

10.11 – responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, não respondendo a CONTRATANTE passivamente e nem solidariamente;

rubricado



10.12 – se a empresa tiver sede ou domicílio no Distrito Federal e o pagamento for de valor igual ou superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), será necessário, por parte da CONTRATADA, a abertura de conta corrente junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, conforme estabelece o Decreto n.º 17.733, de 02/10/1996, alterado pelo Decreto n.º 18.126, de 27/03/1997.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações da Contratante

11.1 – Pagar a quantia acordada para a participação dos servidores no curso;

11.2 – informar à CONTRATADA qualquer alteração ocorrida, em especial, no que se refere a quais servidores participarão do treinamento;

11.3 – designar servidor para acompanhar a execução do curso, nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, vedada a modificação do objeto;

12.2 – a alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às sanções previstas no Decreto n.º 26.851, de 30.5.2006, no Decreto n.º 26.993, de 12.7.2006 e no Decreto n.º 27.069, de 14.8.2006, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

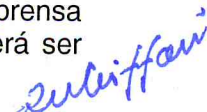
Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e de Corregedoria Geral, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser



providenciado o registro pela Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria Geral do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

Brasília, 01 de outubro de 2009.


ROBERTO EDUARDO GIFFONI

Secretário de Estado da Ordem Pública e
Social e Corregedoria Geral do Distrito Federal



EVERSON RORIZ
Procurador